

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS GUARANI-MEYÁ  
DO RIO GRANDE DO SUL: A QUESTÃO DAS TERRAS.

OBS: Este relatório é referente à Portaria nº 1852/E  
de 11.04.1985

I N D I C E

1) Introdução.....	pg. 1
2) Os Guarani "Pré-Históricos".....	pg. 2
3) Os Guarani Após a Conquista.....	pg. 3
4) Os Guarani-Mbyá Contemporâneos.....	pg. 5
5) Os Guarani-Mbyá no Rio Grande do Sul.....	pg. 7
6) "Terra", "Aldeia", "Comunidade", "Sistema" para os Mbyá....	pg. 8
7) As Migrações Guarani: à 'Terra sem Mal' .....	pg. 12
8) A Questão dos 'GUARA'.....	pg. 14
9) Uguatá: As "Andanças" Guarani-Mbyá.....	pg. 15
10) As Relações com a Funai.....	pg. 18
11) Relato de Viagem: Osório, Camaquã, Tapes. - 03 a 07.1985....	pg. 19
12) Situação das Terras.....	pg. 22
13) A Título de Conclusão.....	pg. 25

Notas

Bibliografia

1) INTRODUÇÃO

A sociedade Guarani no Brasil se divide em três subgrupos, parcialidades ou segmentos: os Guarani-Paĩ/Kaiowá, os Guarani-Nandeva e os Guarani-Mbyá. Os primeiros habitam o sul do Estado do Mato Grosso do Sul e área contígua que se estende pelo oriente paraguaio. Os Nandeva estão assentados em comunidades no Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo; no Paraguai localizam-se ao sul do território dos Paĩ/Kaiowá. O terceiro subgrupo, os Guarani-Mbyá, estão nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; estão ainda nas Províncias de Misiones e Entre Rios, no norte da Argentina, e em vários Departamentos do Paraguai.

Apesar de variações sócio-culturais entre si, as três parcialidades guardam uma forte identidade frente a outros grupos étnicos, cada uma em fatores que sobrepassam as particularidades de cada subgrupo e dão especificidade à etnia.

- a) O AVÁ NE'Ē. - Avá = homem, pessoa Guarani. Ne'Ē = palavra/alma. Avá Ne'Ē é, portanto, a identidade manifestada na comunicação verbal, na língua.
- b) O AVÁ TEKÓ. - Avá = Idem. Tekó = "ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei, hábito" (Cf. Montoya). Trata-se da maneira de entender o mundo, da conduta, da ideologia, do modo de ser similares.
- c) O TAMOÍ. - Avô. Trata-se da identidade pelos ancestrais míticos comuns. (Cf. Susnik).

Enfocaremos neste relatório os Guarani-Mbyá que habitam o Estado do Rio Grande do Sul e o problema que vivem em relação à terra. Para tentar demonstrar a importância de um "lugar" Mbyá (entendido como espaço definido com o fim específico de possibilitar a reprodução sócio-cultural e econômica daquelas comunidades indígenas), centraremos atenção principalmente em aspectos do TEKO. A expressão NANDE REKO (Nande = nosso + TEKO) (1), exprime a noção que pode ser traduzida como "nosso modo de ser" mas que encerra também outros significados" (Meliá: 1981, pp. 55); na versão dos índios assume a idéia de "sistema" (V., por ex., Zero Hora, P. Alegre, 23.12.1973). Procuraremos ainda uma aproximação às noções Guarani de TEKÓHA (aldeia, comunidade), OGUATÁ (caminhar, migrar), GUÁRA (região/lugar de origem) e de YVY (Terra propriamente dita).

O encaminhamento e eventual solução do problema dependerá essencialmente de decisões políticas circunstanciadas à real predisposição de enfrentá-lo. Exigirá esforços de governos a nível Municipal, Estadual, mas, principalmente, a nível Federal, através do órgão responsável pela tutela das populações indígenas, a FUNAI, e o Ministério do Interior. A sociedade civil, de seu lado, em muito poderá contribuir através de entidades de apoio aos índios.

No campo jurídico torna-se necessário encontrar formas de garantir terras aos Guarani-Moyá; possuem noção específica e incomum à racionalidade ocidental do lugar/espaco que desejam ocupar. Não há jurisprudência compatível, o que dificulta decisões e exige flexibilidade do pensamento para que seja criada.

## 2) Os Guarani "Pré-Históricos"

A presença Guarani na porção meridional da América é milenar. Expandindo-se de regiões hoje localizadas no Oeste brasileiro — cabeceiras dos rios Araguaia, Xingu, Arinos e Paraguai —, os representantes dessa cultura ocupavam extensas áreas de floresta no século XVI, nucleados em pequenas aglomerações entre os rios Paraguai, Miranda, Paraná, Tietê, Uruguai, Jacui e alguns assentamentos no litoral Atlântico. (Cf. Susnik).

Não constituíam população homogênea com poder político e economia centralizadas, cabendo aos relativamente reduzidos núcleos, certa autonomia de organização. Estes formavam a célula básica comunitária Guarani, que unidas pelo parentesco compunham um grupo macrofamiliar, o TE'YI, constituindo-se na unidade sócio-econômica desta sociedade. Habitavam grandes casas comunais — TE'YI-ÓGA — que podiam abrigar de 10 a 60 famílias ou de 50 a 300 pessoas, comandadas por um Tamoï, líder, ao mesmo tempo, político (Mboruvixa) e religioso (tekoaruvixa). A junção de vários Te'yi correspondia à consciência sócio local unitária, o vínculo de "aldeia" ou o TEKOHA. Esta junção todavia não significava a constituição de aldeias multipopulacionais; as Te'yi-óga podiam situar-se a vários quilômetros de distância entre si.

"Todas as informações atuais nos levam a acreditar que a cultura Guarani tal qual a conhecemos hoje, tenha sido criada nos matos

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

subtropicais que recobrem as bacias do Alto Paraná e do Alto Uruguai e a borda do planalto meridional brasileiro. Estas áreas correspondem hoje ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Misiones na Argentina e Leste do Paraguai (onde incluiríamos o Mato Grosso do Sul). Em toda esta área localizamos aldeias bastante velhas, mas o aldeamento mais antigo de todos está no Rio Grande do Sul, em Dona Francisca, sobre o rio Jacuí. Neste lugar encontramos a sua cultura já perfeitamente estruturada no século V (anos 400 d.C), apresentando a mesma feição que conhecemos do século da conquista. Já naquele momento está bastante diferenciada do Tupi, que na época surge de São Paulo para o norte. Este acabamento de cultura nos faz postular um certo tempo, ao menos de um milênio, de gestação anterior. Os arqueólogos e também os linguístas acham que as raízes últimas, tanto do Guaraní, como do Tupi, devem estar no Oeste do Brasil, em direção à borda oriental dos Andes, onde numerosas outras culturas foram desenvolvidas." (Schmitz: 1979, pp. 57).

### 3) Os Guaraní Após a Conquista

Ao chegar à América o colonizador europeu depara-se com a cultura Guaraní estruturada. Não a compreende e pouco interesse terá para isso. A partir desse momento estes índios — ou qualquer outro povo americano autóctone — terão seu futuro circunscrito às relações que se estabelecerão com este novo, e daí em diante permanente, personagem de sua realidade e de sua história: o homem branco-ocidental-cristão. Muitas sociedades serão extintas.

Inicia-se no Século XVI por Espanha e Portugal, o processo de conquista e dominação das novas terras. Três relativamente diferenciados interesses se antagonizarão quanto aos procedimentos mais adequados frente às populações que aqui se encontravam. A história Guaraní do século XVI ao XVIII terá a presença marcante do missionário Jesuíta (2), do "encomendero" espanhol<sup>3</sup> e do bandeirante luso-paulista. Para os missionários os índios representavam objeto de catequese, almas a serem salvas para Cristo; para "encomenderos" e bandeirantes, com pequenas variações, eram mão-de-obra escrava.

Bem mais incisivos que os espanhóis, as bandeiras, em nome

MINISTERIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

do "desbravamento de sertões" mas principalmente em busca de índios para obter metais preciosos, perscrutaram, a partir de São Paulo/São Vicente, todos os rios que permitiam avançar em direção oeste e sul desta parte do continente. Suas investidas recaerão sobre território Guarani — entre outros tantos grupos étnicos, mas foram estes que mais acentuadamente sentiram a presença dos paulistas —, então englobados pela Província espanhola do Paraguai.

Neste contexto a Cia. de Jesús surge como alternativa mais razoável; os Guarani se aliam aos padres para enfrentar inimigos paulistas e espanhóis. Irão formar as reduções, povos ou doutrinas, como eram usualmente denominadas as missões jesuíticas onde, em grande número, eram reunidos os índios em processo de catequese. Esta aliança contudo teria ocasionado, "como previsto pelos caciques, a redução e aglomeração dos povos, o que não fez senão facilitar a captura dos Guarani pelos paulistas" (Meliá: 1976, pp. 165 - Cf.).

Em 1608 os padres iniciam os trabalhos das primeiras reduções implantadas nos territórios de Guairá, Paraná, Tapes e Itatim todos na Província do Paraguai. Entre 1630 e 1640 foram frequentes e arrazadoras as incursões bandeirantes sobre as reduções: "o padre Boroa, em sua Anua de 1639, calcula em mais de 25.000 os cativos" (Meliá: 1982, pp. 56). Entre 1604 e 1685, apesar de dificuldades com colonizadores espanhóis e portugueses, as reduções apresentaram desenvolvimento e se fortaleceram. "Como consequência desse movimento aglutinador de populações ficaram constituídos os oito povos que subsistiram (às bandeiras) no Paraguai; os sete povos do Rio Grande do Sul, no Brasil, e os quinze da Argentina" (Maeder e Bolsi : 1974, pp. 115).

O território do Tape corresponderia a regiões englobadas pelo atual Estado do Rio Grande do Sul (4), localizado a leste do Rio Uruguai. Ai se estabeleceram no século XVII os Sete Povos das Missões: São Borja, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São Miguel, Santo Angelo, São João e São Nicolau. "Que a população da 'província do Tape' tenha sido na época dos primeiros contatos coloniais da ordem de 60.000 índios, é o que se deduz dos cronistas jesuítas" (Meliá:1982, pp. 55).

Na redefinição dos limites das possessões espanholas e portuguesas na América, em 1750 (Tratado de Madrid), serão tomadas decisões

11

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

que acarretarão a derrocada das reduções jesuíticas junto aos Guarani. Reconsiderando o Tratado de Tordesilhas (1494), os limites definidos em 1750 afetarão consideravelmente o território que ocupavam; a área, até então de posseção espanhola, passa ao domínio português, inimigos por excelência dos padres. Os ibéricos, interessados na demarcação dos novos limites, unem-se contra padres e índios. Em 1768 os jesuítas são expulsos. Data de então o princípio da desapropriação, compulsória, do então território Guarani em terras do Rio Grande do Sul, processo que prossegue até os dias de hoje.

Durante os primeiros anos após a expulsão dos missionários os espanhóis deram continuidade às reduções nos moldes em que o faziam os padres. Tempos depois, já em 1801 "quando os portugueses se tornaram donos (efetivos) das sete aldeias na margem esquerda do Uruguai, aí encontraram apenas 14.000 almas. Então os índios já não eram os mesmos de outrora; haviam perdido inteiramente os costumes de origem jesuíta, regredindo à barbárie. Atualmente (1820/21) a guerra muito contribuiu para acelerar sua decadência (...). Hoje eles sabem que o mundo não se limita às suas aldeias; contrariados nada os impede fugir e um grande número deles dispersando-se, já, pela capitania, constitui forte exemplo a ser seguido por outros mais. A saída dos índios das missões corresponde a entrada de novos brancos; as raças confundem-se e mestiços sem virtudes e sem amor ao trabalho terminarão por tomar o lugar dos brancos e dos índios. Mas os primeiros serão em grande parte renovados pela chegada de europeus, de paulistas e mineiros, sendo possível o desaparecimento dos Guarani ao fim de uma ou duas gerações." (Saint-Hilaire:1974, pp. 127/128). Entendemos que o cronista se equivocou na avaliação que fez do desaparecimento dos Guarani.

#### 4) Os Guarani-Mbyá Contemporâneos

Viajantes, cronistas, missionários, indigenistas ou etnólogos contemporâneos que escrevem ou falam sobre os Guarani têm, com efeito, insistido na sua condição de condenados, inexoravelmente, ao extermínio. Entende-se — grosso modo — que o desaparecimento será consolidado em processo no qual os Guarani, em permanente relação com a sociedade não-indígena e majoritária, se "integrarão" a ela, perdendo, progressivamente, aspectos determinantes de sua cultura, desestruturando-se social, econômica e politicamente. Os etnólogos no entanto fazem a ressalva relativa à "tradi-

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

ção religiosa original" destes índios (5).

A etnia Guarani, não obstante, tem apresentado elevações em seu contingente populacional. Seriam hoje em dia no Brasil — em cálculos aproximados — perto de 20.000 indivíduos. Os Mbyá no país devem chegar à casa das 1.200 pessoas. Estes números aumentaram durante este século (principalmente na última década), o que demonstra a reprodução biológica das comunidades e sua sobrevivência apesar da farta gama de adversidades que enfrentam. Não se verifica, de outro lado, nenhuma forma de auto destruição desta sociedade, o que é um indicador importante.

Uma avaliação exata do número de Mbyá no RS (ou mesmo dos outros subgrupos Guarani) é tarefa complexa. Estão em constante movimento por extensas regiões, em viagens de visitas a parentes onde quase nunca se pode precisar o tempo de retorno. São, ao mesmo tempo, inúmeras as localidades onde os pequenos grupos se instalam em suas andanças. Menos difícil, mas nem por isso de resultados precisos, é a tarefa de saber quantos Mbyá do RS que habitam os Postos Indígenas da Funai. Em 1979 havia 50 no PI Guarita, 60 no PI Nonoai, 15 no PI Votouro (Castro: 1979). Em 1984, nas mesmas áreas seriam, respectivamente, 104, 110, e 20; no PI Cacique Doble havia 36 Mbyá (CEDI-1984). Fora das áreas da Funai seriam 30 em Osório, 4 em Camaquã e 50 em Tapes no ano passado (CEDI-1984), perfazendo um total de 344 Mbyá no Rio Grande do Sul em 1984. Considerando-se a existência de grupos e/ou famílias não-computadas, talvez se possa de forma aproximada e apenas, pensar em 450/550 Mbyá naquele Estado.

Não é somente no aumento populacional que se constata indícios fortes da manutenção e resistência da sociedade Guarani. Suas instituições, língua, organização social, política e econômica como as encontramos nos dias de hoje, demonstram a existência de estruturas e de uma "originalidade" que remetem o pensamento a refletir sobre a inexorabilidade do futuro desta sociedade. Tendo como ponto central o problema aqui tratado — terras Mbyá do RS — tentaremos demonstrar a afirmação adiante. O que nos parece importante reter de início, porém, é que compreender os Guarani através de uma ótica segundo a qual seriam "índios civilizados", "aculturados", "integrados" ou categoria similar, de sorte a que sejam vistos na iminência de desaparecer, condicionará nosso entendimento sobre eles; é uma interpretação que trás consigo implicações que não favorecem a solução do

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

problema. Ao contrário, o raciocínio justifica e corrobora incorrer em equívocos amplamente conhecidos, mesmo que venham acompanhados das boas intenções representadas por formulas do tipo "lenta e harmoniosa integração". Em última análise trata-se de pensar a derrocada "lenta e harmoniosa" da sociedade indígena e sua total sujeição.

Os Mbyá estão vivos e necessitam de terras. Constituem uma sociedade estruturada, organizada, com identidade étnica e cultural próprias. Desbastadas as aparências e o que objetivamente revelam os Mbyá aos olhos do branco, não parecem ser tão consistentes os indícios de vida temporária ou de futuro final próximo. Uma vez que o problema da terra Mbyá existe e que se tenha decidido combatê-lo, é necessário procurar, antes de tudo, conhecê-lo, entendê-lo e não reduzi-lo a fórmulas simplificadas, compreensíveis e aceitáveis à lógica do branco, mas que têm se demonstrado inócuas na prática, e possibilitado não só a continuidade mas a ampliação de seus problemas.

#### 5) Os Guarani-Mbyá no Rio Grande do Sul

A região compreendida pelo atual Estado do Rio Grande do Sul e áreas circunvizinhas dava lugar, antes do conquistador, a três diferentes sociedades autóctones. Nos Planos ou Campos Meridionais, entre o Atlântico e o Rio Uruguai, habitavam os Minuanos ou Charruas (cujas notícias datam de 300 a.C.) que foram extintos. O Planalto Meridional era ocupado pelos Kaingang cuja história é recuperável a partir de 140 d.C. ( Cf. Schmitz). "O terceiro ambiente natural, que ladeia o planalto e o separa dos campos meridionais, deu origem ao terceiro grupo de colonizadores autóctones, os Guarani, especialistas na colonização do mato, os quais se expandiram dentro deste ambiente até ocupá-lo integralmente, expulsando todos os outros grupos, mas sem jamais ultrapassar a fronteira para fins de colonização" (Schmitz: 1979, pp. 56).

Como vimos o fim das reduções Jesuíticas acarretou uma presença mais sistemática do colono europeu e/ou seu descendente no antigo território Guarani. As questões de limite fizeram da região palco de inúmeras disputas entre Portugal e Espanha, primeiro, e os países independentes que ali se formaram posteriormente (Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil) (6).

Podemos supor que tais contingências teriam provocado intensa mobilização de parte da população indígena ~~que~~ não assimilada nem dizimada após o terceiro quartel do século XVIII com o fim das missões. Podemos supor ainda a existência de grupos Guarani que jamais se deixaram levar para as reduções, permanecendo, sempre que possível, arredios e em suas matas.

Não teriam os Guarani, desta forma, permanecido aglutinados na região dos Sete Povos mas procurado no norte da Argentina, no Sul do Paraguai e em outras regiões do próprio Rio Grande do Sul, lugares onde pudessem se instalar e que lhes possibilitasse condições de viver a seu modo. Este objetivo, dadas as circunstâncias, não era fácil de ser atingido. Desmobilizados das missões, fixam-se os índios nas florestas, "retornam à barbaria", como nos informa o viajante francês. Ao que parece, nestas "retornadas à barbaria" os Guarani estariam procurando, nas matas, não só o ambiente natural que dominavam, as florestas subtropicais, e que lhes possibilitaria o cultivo de roças e sua sobrevivência física consequente; ao lado disso, situando-se em locais distanciados das relações com os brancos, teria sido possível a reprodução de seu "sistema", de seu "modo de ser" (Teko).

Estes Guarani surgirão já no século XX (ou final do XIX) com o nome genérico de KA'YAGUA, aqueles que são do mato. Mais recentemente, por inúmeros indicadores de sua língua, cultura e organização social, serão conhecidos em sua especificidade Mbyá. Podemos pensar na possibilidade de que as comunidades Guarani no Rio Grande do Sul representam, talvez, a continuidade de um processo de migração destes indígenas rumo ao litoral, contrariando informações que indicavam seu término em décadas passadas (V. adiante). Poderíamos pensar, com base em alguns indícios, que os Mbyá no RS estariam hoje em processo de "estabilização da mobilidade espacial" (Cf. Schaden:1982), ainda não concretizada em função da falta de terra, razão de ser das perambulações da forma como ocorrem. Iniciada em décadas passadas (Cf. Castro) e oriundos da Argentina os Mbyá estariam, ainda hoje, em busca de terras que possam viabilizar esta estabilização.

#### 6) "Terra", "Aldeia", "Comunidade", "Sistema" para os Mbyá

Tradicionalmente as aldeias Guarani não são numerosas (Cf. Susnik, Azara, Schmitz). As situações de alta densidade demográfica, como

12

MINISTERIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

entre os Paĩ/Kaiowá e Nandeva do Mato Grosso do Sul, são artificiais. Durante os últimos 70 anos estes Guarani foram vigorosamente impulsioneados a ocupar terras reservadas pelo governo. O procedimento criou problemas de toda ordem às comunidades prejudicadas que liberaram, compulsoriamente, suas aldeias originais para empresas agro-pecuárias. Essa prática de "aldear índios dispersos" é uma imposição tradicional nas relações brancos e índios. Incide sobre a organização espacial daquelas sociedades, nas relações de parentesco e quer desestruturá-las com a sobreposição de comunidades em diminutas áreas reservadas. Causa surpresa, não obstante, constatar entre os Paĩ/Kaiowá e os Nandeva do Mato Grosso do Sul, a manutenção da estrutura de suas relações familiares, seguindo regras de apropriação de terras ocupadas que são observáveis em outras regiões onde as imposições não ocorreram ou só tardiamente (Cf. T. de Almeida: 1984, 1985a, 1985b) (7). As áreas Paĩ/Kaiowá são como que "setorizadas", cabendo a cada grupo de famílias extensa (Te'yi) um "setor" onde vivem as famílias nucleares que formam o grupo. Na realidade cada "setor", no limite, deveria constituir uma área própria, isolada, com terras suas, como em quase todos os núcleos destes índios no Paraguai e alguns, mais recentes, no MS (Rancho Jakaré, Pirikua e outros). De uma forma ou de outra, com maior ou menor dificuldade, o que se pode observar em qualquer situação Guarani, superada a primeira impressão de aleatoriedade na ocupação espacial, é uma organização da terra baseada em modelos próprios e que permite sua reprodução física e social.

Os Guarani-Mbyá ao se organizarem no espaço apresentam variações em relação aos Guarani do Mato Grosso. Vamos procurar entender essa questão, imediatamente conectada à problemática da terra.

O Teko, como referido acima, assume significados tais como "ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei hábito" (Cf. Montoya). Adotaremos a interpretação "modo de ser" (Cf. Meliá:1981) para efeitos desta análise. Ao ser adjetivado, o termo Teko adquire significados que definem regras sociais aceitas e recomendáveis de serem cumpridas (8). A noção daí decorrente e que nos parece importante considerar primeiramente é a de TEKOKHA. O termo é formado por Teko, cujo significado já vimos, mais a partícula HA, "que se encontra em nomes e verbos: significa instrumento com o que se faz as coisas; modo, causa, intento, fim, tempo, lugar" (Montoya: 1876, pp. 134/5). O termo Tekoha, portanto, deve ser entendido como o lugar/espaco físico, isto é, a terra sobre a qual se realiza o "sistema", a vida Guarani. NANDE REKOKHA (Nande=nosso), desta forma, pode ser compre-

12.

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

tido como "o lugar em que vivemos conforme nossos costumes" (Meliá: 1976, pp. 218), englobando ao mesmo tempo a idéia de comunidade (onde habita um ou mais de um Te'yi/família extensa), corpo social, e de aldeia, espaço territorial por ela ocupado. Geograficamente a noção de Tekoha é restrita; não deve ser confundida com a noção de território (V. adiante) que é mais extensivo.

O Tekoha, como indicado, não é apenas a terra. Juan Oliveira ou Juancito, reconhecido líder Mbyá hoje em Osório, foi incisivo ao interromper nosso discurso — voltado para a terra — para informar que o interesse Mbyá não estava na terra (Yvy), mas no mato (Ka'aguy). Ao Tekoha está associada a casa (Óy), as relações com seus parentes; é onde enterram seus mortos, onde rezam, onde radica a possibilidade de exercer o direito divino de fazer suas roças (kokue); são os animais de caça e, eventualmente, o rio onde se pesca. "Quando amadureçam os frutos de tua roça, daras de comer aos da tua tribo, sem exceção alguma. Para que se fartem todos é que os frutos chegam a madurar, e não para que sejam objeto de avariza. Dando o que comer a teu próximo, verão os de cima que amas aos do assento de seus fogões (Tataypy Rupa/Tekoha) e eles adicionarão dias à tua vida para que repetidas vezes possas voltar a remear. Este preceito sagrado, transmitido textualmente através dos séculos, de geração em geração, é muito querido religiosamente; mas, como ficou dito, a lei que ordena a todo homem casadoiro a cultivar uma extensão determinada para assegurar a alimentação da tribo tem caído em desuso" (Cadogan: 1948, pp. 139), em muito por não ter onde realizá-la.

Os Tekoha/Tataypy Rupa (assento dos fogos), são ocupados por pequenos grupos que em geral <sup>não</sup> excedem um número superior a quatro ou cinco famílias e constituem os Te'yi ou grupo macrofamiliar. Esta organização, como o demonstra a documentação arqueológica, é tradicional e original. O número de habitantes de um Tekoha deve ser controlado em razão das potencialidades maiores e menores dos lugares ocupados, para a realização de seu auto abastecimento. (Cf. Susnik; Schmitz).

O Tekoha — ou terra se se quiser — é uma instituição divina, dada pelo Deus criador para que nele possa se realizar o modo de ser Guarani. "A terra é um bem comum e o meio de produção principal, entregue aos homens pelo Deus criador para uso conforme as leis divinas. Por isso, como a água, os (Guarani) recusam em princípio a compra de terras porque

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

não pode ser privatizada. Só Deus a possui: o cultivo da terra e o cuidado destes cultivos é o mesmo que tratar com a criança. Comprar terras, portanto, seria o mesmo que comprar o homem, o que significaria que eles perderiam o conceito moral de seres humanos e em consequência a transcendental determinação de ser homem. Terra e corpo humano é o mesmo: porque os corpos se convertem em terra depois da saída da alma e assim somos nós a terra, nossos antepassados e nossos filhos ao mesmo tempo. Como o corpo tem pelos, a terra tem árvores (yvy rague). Não se deve alterar o equilíbrio ecológico para não adoecer a terra; assim, consideram o desmatamento em grandes extensões para plantar pastos para o gado como algo irracional (o moperõba ñande yvy). Observam e comentam problemas de erosão da água e vento (yvyveve) como indicadores da destruição iminente do mundo" (Meliá: 1976, pp. 203/4).

É importante estabelecer diferenças entre a noção de Tekoha/aldeia e do território (Tetã ou Guára). Na realidade são os Paĩ/Kaiowá os únicos Guarani que mantêm até hoje a noção de um território próprio (Cf. Meliá:1976). Pode-se estabelecer o mesmo raciocínio em relação aos Tekoha. Em ambos os casos os Paĩ/kaiowá têm uma delimitação relativamente precisa, apontando marcos naturais como limites. Para os Mbyá, tanto a idéia de Tekoha ou Tataypy Rupa/aldeia, como a noção de território são difusas. Juancito, em Osório, e Roque, em Tapes, nos explicaram que "Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, tudo é terra Mbyá. Que Nanderu (Deus criador) havia destinado todas aquelas terras aos Mbyá e que, portanto, tinham que ter um lugar para plantar. Mas que não queriam brigas ou qualquer forma de desentendimento com os Juru'á (brancos). Que se nós quiséssemos demarcar terras, que o fizéssemos em lugar distante do branco onde pudessem plantar e que fosse mato. Que não queriam cercas nestas terras para não parecer chiqueiro. Que a única cerca, imposta por Nanderu e aceita pelo Mbyá, era o Mar." (Cf. TAR.- K. Puitã) (9).

Não reivindicam os Mbyá, portanto, áreas específicas dentro do quase ilimitado território esboçado. Nestes termos, "qualquer" terra serve, desde que possam constituir seu Tataypy Rupa: que seja mato, que possam plantar, que seja distante do branco, que não haja conflitos e onde possam se reproduzir a seu modo enquanto sociedade. A um lado, esta forma de entender o mundo Mbyá, facilita a aquisição de terras uma vez

12

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

que "qualquer" uma pode servir. Não se pode esperar, porém, que haja esforço renhido por parte deles no sentido da conquista ou da luta efetiva pela terra; qualquer motivo o será para nova caminhada (oguatá) e abandono do lugar ocupado. Um desentendimento com um colono ou fazendeiro branco poderá justificar novo traslado do grupo, o que dificulta, de um outro lado, a garantia dos assentamentos.

Estes Guarani têm demonstrado ao mesmo tempo, a viabilidade da manutenção de seu Teko, independentemente da existência de uma área de terra determinada. Isto, com efeito, causa surpresas ao observador atento. Deixam indicado que não desejam "negociar" seu "sistema" (Teko) que assim assume importância suprema. Optam pela permanência sob pontes, à margem de estradas de rodagem ou pelo retorno à caminhada. Decidem-se por estas alternativas em detrimento de uma ocupação em áreas no Estado do Rio Grande do Sul (ou outros) já reservadas a indígenas (Kaingang e Xokleng) sob a administração da Funai. Procuram manter uma distância prudente do branco, que não, necessariamente, deve ser física mas antes ideológica (10

7) As Migrações Guarani: 'Terra sem Mal'

A história dos Guarani — pré e pós contato — é marcada por movimentos migratórios originados no seu centro de dispersão no oeste brasileiro, aproximadamente nos anos 1.000/1.200 A.D. Quando não interviriam "fatores perturbadores como superpopulação com a conseqüente menor disponibilidade de novas roças, calamidades naturais que incitavam ao novo (oguatá (caminhar) ou a pressão agressiva do gentio vizinho, reafirmava-se a estabilidade do Guára (11), circunstanciado à particularização de alguns traços culturo-ambientais" (Susnik: 1979, pp. 16).

Razões de ordem econômica, demográfica e de relações inter-étnicas operavam diretamente sobre o movimento migratório destes indígenas. Ao lado destes fatores, cabe ressaltar um outro que, segundo diversos autores, também teria sido determinante como impulsionador de novas caminhadas. Trata-se da Terra sem Mal ou YVY MARANE'Y: "nesse lugar, as plantas nascem por si próprias, corre o mel em abundância e todos os que a alcançam usufruem a felicidade (Metraux: 1979, pp. 177). Esse paraíso, essa morada celestial, também é possível de ser alcançada pelos vivos; através do canto, reza, oração é possível, sem passar pela morte, atingi-la. A crença nessa

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

terra sem mal, onde se pode viver em permanente "Aguije" (pélnitude celestial), condicionará o pensamento Guarani mesmo nos dias de hoje, sem, contudo, incitá-los a novas migrações da mesma natureza que as de séculos passados.

Dentro do contexto colonial a Yvy Marañe'ỹ abrirá caminho para uma "categoria especial de Xamã; os CARAI, os homens-deuses cuja razão de ser era promover o advento da terra sem mal. Além disso, é muito provável, como sugere Metraux, que migrações semelhantes (provocadas por motivos exclusivamente religiosos) tenham acontecido antes da chegada dos europeus" (Clastres:1978, pp. 56). A profecia rezava que era iminente o fim do mundo e que a alternativa única, proposta pelos CARAI, era a procura da Yvy Marañe'ỹ, localizada pela tradição Guarani a leste, além do mar (Atlântico). Não são conhecidas, contudo, "grandes migrações Guarani para a terra sem mal na mesma época em que estas eram realizadas pelos Tupi. As únicas migrações religiosas atestadas na história pós colombiana dos Guarani datam do século XIX" (Clastres: 1978, pp. 68/69).

Em 1912 Nimuendajú encontra um reduzido número de Guarani que, vindos do Paraguai, eram sobreviventes de um numeroso grupo que em 1810 iniciou marcha rumo ao leste, em busca da terra sem mal (Cf. Metraux), assentando-se, já no século atual, em Arariba (SP). Há notícias ainda de dois outros grupos Guarani que em 1830 e 1870 iniciaram marcha rumo ao litoral; ambos vieram do leste paraguaio e acabaram fixando-se no Estado de São Paulo. "As crianças, porém, tinham todas nascido no Arariba, o que evidencia a estabilização da mobilidade espacial desses índios em época recente. É, aliás, interessante notar que as migrações dos Guarani em direção à costa e em procura da terra sem mal se vêm sucedendo até a atualidade, mas limitadas, nos últimos decênios, a famílias do grupo Mbyá. A última leva, chegada em 1946, encontra-se agora no rio Comprido (Serra do Itariri-SP)" (Schaden:1950, pp. 56).

Há ainda interpretações que consideram que a procura Guarani voltava-se exclusivamente para uma terra efetivamente "terrestre" e potencialmente produtiva: "a procura de uma terra 'sem estragos' chegou a identificar-se provavelmente com uma procura de terra 'sem mal', quando economia e mito não se desdobram em dois momentos separados, mas se confundem em um só movimento. É o tema Yvy Marañe'ỹ tão significativamente polissêmico na etnohistória Guarani" (Meliá: 1981, pp. 11).

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Independente da procura de uma terra mitológica ou de uma terra "real". concreta e como fator de produção, o que se constata é que esta procura Guarani-Mbyá no RS persiste. Os indícios são de que grande parte, senão a totalidade, destes indígenas, vieram em décadas passadas do norte da Argentina; ainda há vínculos fortes com parentes que lá permaneceram ou para lá retornaram com o fracasso de suas andanças. Um trabalho mais aprofundado poderia revelar quais as razões que motivaram o traslado rumo ao litoral. Podemos, não obstante, pensar em diferentes razões: problemas de cisões internas às próprias comunidades; receios de cataclismas superados apenas pelo caminhar migratório em direção ao mar; situações adversas que implicariam na impossibilidade de constituírem seus Tekoha em terras argentinas. Arriscariamos afirmar que radicaria nas condições materiais de vida pouco favoráveis encontradas no lugar de origem, as razões desta busca de terras em outras paragens. Não nos surpreenderíamos, de outro lado, se o estudo revelasse razões não consideradas aqui para a existência do fenômeno.

No Rio Grande do Sul os Mbyá estão em permanente circulação. A situação é peculiar e única no Brasil. Os demais Mbyá "brasileiros", dos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, cujo processo de traslado rumo ao litoral teve início a oito ou nove décadas atrás (Cf. Ladeira:1984), estariam hoje em franca estabilização de sua mobilidade. Assumem, diferentemente dos Mbyá do RS, uma atitude de defesa daquelas terras que consideram serem boas para ali se fixarem. Em Barragem, Ubatuba, Silveira e outros Tekoha de São Paulo, observa-se posicionamento de enfrentamento mais decidido em relação aos juru'a interessados em desalojá-los. Como hipótese e apenas enquanto hipótese, é possível de se considerar que processo semelhante estaria ocorrendo no Estado gaúcho. Há, contudo, que se criar condições mínimas para tanto. A estabilização daqueles Guarani dependerá em grande medida da atuação e das decisões de órgãos de governo uma vez que qualquer terra por eles ocupadas, mesmo sem ser utilizada, despertará irremediavelmente a cobiça do juru'a. É necessário abrir e garantir espaços para essa fixação. Enquanto isso não ocorre parece ser que os Mbyá continuarão na singular situação de circular por todo o Estado e regiões vizinhas em busca de um lugar para se fixarem.

3) A Questão dos 'GUÁRA'

Outro fenômeno, dentro desse contexto, revelado por algu-

18

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

mas poucas pistas, é a constituição dos GUÁRA: estabilização em Tekoha/aldeias localizadas dentro de uma região com o estabelecimento de traços culturais-ambientais particulares e próprios às comunidades que ali estão. Em outras palavras, seria possível identificar — falando, ainda, em hipótese — diferentes Mbyá Reko (diferentes "sistemas" Mbyá) compatíveis às diferentes regiões. Assim, os Mbyá que hoje ocupam áreas em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, teriam desenvolvido peculiaridades no modo de ser que os diferenciariam dos Mbyá do Rio Grande do Sul/norte da Argentina. As ligações entre os índios daqueles Estados que perambulam por áreas do Paraná e Santa Catarina, nos levam a pensar que adotariam "sistemas" similares o que, portanto, os enquadraria, a todos, no mesmo Guára (V. nota 11), ou no mesmo Teko. Não temos dados para ponderar sobre o modo de ser semelhante ou não destes Mbyá com os do Paraguai apesar de que é deste país que teriam se originado. O que parece ser verdadeiro de qualquer forma, é que há visíveis diferenciações entre os Mbyá do RS/norte da Argentina e os Mbyá dos demais Estados e mesmo Paraguai, onde são conhecidos por Jeguaká Tenondé (Cf. Cadogan). Desta forma, constata-se que os Mbyá do RS não aceitam conviver com seus patrícios Mbyá que estão em Postos da Funai nos Estados do sul; alegam que têm outro "sistema". Constata-se também uma certa atitude de menosprezo a famílias Mbyá do RS que viajavam pelas aldeias paulistas; eram chamados depreciativamente de "os gaúchos". Considere-se que entre os Paĩ/Kaiowá verificam-se discursos semelhantes em relação aos Paĩ/Kaiowá de YVYPYTEGUA(RA) e os Paĩ/Kaiowá BERYVOGUA(RA). Podemos, para encerrar a formulação da hipótese levantada, considerar que a particularidade do Teko (sistema) dos Mbyá do RS/norte da Argentina, não se verifica na estabilização ou fixação de seu movimento espacial (como no caso de São Paulo, por exemplo), mas justamente pela circulação permanente pela região (RS) na qual, ao que tudo indica, querem se estabelecer.

Como indicado, seria necessária investigação mais acurada sobre o tema. Seu aprofundamento poderia revelar certos comportamentos dos Mbyá contemporâneos.

#### 9) Oguatá: As "andanças" Guarani-Mbyá

O termo Oguatá refere-se às andanças Guarani, provocadas em grande parte pelas constantes visitas a parentes. Tais visitas, marcadas pela reciprocidade, circunscrevem relações afetivas ao GUÁRA na maioria dos casos. O tempo de sua duração não é rigorosamente previsto, podendo

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

durar semanas ou meses, o que leva a interpretações errôneas a respeito de um suposto nomadismo que caracterizaria esta etnia. Verificável em todas as parcialidades Guarani, o termo assume também a idéia de translados definitivos no sentido da mudança de um Tekoha a outro em decorrência de cisões internas. Nestas situações, o Oguatá irá provocar a criação de um novo Tekoha, o que nos dias de hoje se restringe muito em função da falta de áreas livres para que ocorram naturalmente. Em outras situações, como no caso dos Mbyá de São Paulo, a procura de matéria prima para seu artesanato — que assume na atualidade importante peso econômico — tem sido motivo de perambulações sistemáticas aos lugares onde o material é encontrado.

Entre os Mbyá do Rio Grande do Sul, é possível identificar uma especificidade nestas andanças, isto é, a procura de terras para estabilização do movimento espacial. Entre estes índios há, portanto, diferenças do Oguatá que nos remetem ao seu sentido histórico de migração (Cf. Susnik). Neste caso, a mobilidade, o traslado para outro lugar, é decorrente não só de visitas a parentes, procura de matéria prima para artesanato ou cisões dos grupos; as andanças assumem quase que um caráter compulsório provocado por imposições e circunstâncias do contato com o branco que inviabilizam a permanência e fixação.

É na confecção do artesanato que são criadas as condições para as viagens e, mais que isso, do próprio sustento. Cabe ressaltar que a economia destes Mbyá, calcada quase que essencialmente na atividade comercial da produção do artesanato não é voluntária. Suas pretensões sempre que possível declaradas, vão no sentido da atividade agrícola como esteio econômico. O artesanato, como base econômica e a impossibilidade de terras para a atividade agrícola estão umbilicalmente ligadas. Esta atividade com tudo permite o sustento incipiente e viabiliza os translados.

Viajam em pequenos grupos pelo Estado, em onibus, trens, caronas mas principalmente a pé. Eventualmente, como o caso de Francisco Timóteo, transladam-se famílias (Te'yi) inteiras. Os jovens encontram casamento e, talvez, justamente por isso saem a caminhar. Trocam notícias e estão sempre informados a respeito de seus patrícios distantes; diversos índios no RS nos inquiriram sobre parentes que estavam em São Paulo sobre detalhes que demonstram conhecimento sobre as circunstâncias em que estavam vivendo. "Os grupos se desmembram e os líderes (chefes de família) se dispersam procurando outros lugares. Rodam pelo Estado todo. Sempre param de-

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

baixo de pontes. Seria impossível acabar com isso. Vão e voltam entre o Brasil e a Argentina, dependendo dos incômodos que surjam aqui ou lá. Estão procurando a água. Na década de 40 saíram de Pipiri-Guasú/Guarita, em grupo, e chegaram a Caieiras (ES). Foram pela beira do mar. (No RS) todos são aparentados; podem ser considerados prepostos de Juancito, 'tronco velho' que atrai as pessoas. Estabelecem pontos de apoio das andanças. Ficam onde arrumam terras. (e sempre que chegam) vão direto às prefeituras. (Assim) em vez de Osório poderia ser qualquer outro lugar. Estão circunstancialmente (em Osório) porque as condições permitem que tenham terra. (Andam por): San Javier/Porto Xavier, por onde, em geral, adentram o RS; Pipiri, na Argentina; Chapecó (SC), Santa Rosa, Santo Angelo, Missões, São Luiz Gonzaga, São Borja, São Miguel das Missões. Na zona das Missões, se deslocam para Uruguaiana; vão por Quaraí, livramento, Bagé, Acegua, Pelotas, Camaquã, Tapes, Porto Alegre. De Porto Alegre vão a Osório. De Pipiri vão a Chapecó, Carazinho, Passo Fundo, Espumoso, Salto Jacuí, até Porto Alegre". (Depoimento de Mauro Castro - TAR: Kuatiá Miri).

Nestas andanças os primeiros vão abrindo caminho para os que venham a seguir. Criam-se rotas que se tornam de passagem obrigatória e permanente. Apesar da disponibilidade à mobilidade espacial, esta não é aleatória, e o parentesco determina critérios. São criados pontos fixos, lugares de referência e apoio, apesar de que em dois momentos diferentes possam apresentar significativa variação no número de pessoas. Em Camaquã, por exemplo, em 1981 havia perto de 60 pessoas; em 1985 eram apenas um casal. Nestes lugares, sempre que possível, haverá representantes Mbyá como que para garanti-los, não permitindo seu abandono total. Em São Paulo, onde já se pode falar em Tekoha estáveis, é muito comum determinadas áreas, em determinado momento, contar com uma só família, o que leva o juru'a a pensar no abandono da terra e ouriça sua ganância.

Devemos considerar que as andanças Guarani-Mbyá no RS não deverão terminar mesmo que sejam garantidas terras. Haverá, nesse caso, como podemos supor, a reprodução natural de uma prática tradicional de intercâmbio de visitas. Não se pode pensar, reiteramos, em nomadismo Guarani.

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

10) As Relações com a Funai

Em grande parte dos Tekoha/comunidades Mbyá no Brasil verifica-se um nítido rechaço dos índios à Funai. No Rio Grande do Sul, não é diferente. Os guarani fora das áreas demarcadas se recusam terminantemente a um assentamento nas reservas existentes. Esta resistência deve ser pensada à luz do Teko ("sistema") Guarani. "Nos postos não dá. É outro sistema. que não o nosso. Lé não dá." (Zero Hora, 25.12.1973), dizia um Mbyá frente à possibilidade de um traslado ao PI Cacique Doble. Em junho de 1977 havia em uma das pontes da Travessia Getúlio Vargas, 37 Mbyá: "apesar da miséria (...) não querem ir para a reserva de Boncai. Foi o que disseram ao serem visitados pelo índio Nelson Xangre (líder Kaingang)..." (Folha da Manhã, 18.06.1977) que os convidava à sua aldeia para que nela fossem morar. Em Itariri (São Paulo) dada nossa condição de então funcionário da Funai, fomos duramente repelidos por Francisco Timóteo (irmão de Roque, de Tapes) que não queria que fôssemos à sua casa; nos acusava de que a Funai trazia escola e costume do branco e conseqüente arrefecimento de seu "sistema". Mesmo aqueles Mbyá que ocupam áreas em reservas da Funai, mantêm-se arredios, em lugares de difícil acesso e distantes do posto e dos outros índios. É o caso, por exemplo, do PI Ibirama (SC - Xokleng) e do PI Cacique Doble (RS - Kaingang).

Subjacente a esta posição, está a compreensão Guarani-Mbyá de suas diferenças frente a outros grupos étnicos, brancos ou não, e sua especificidade. Aceitar ou não uma relação de proximidade com a Funai é colocar em risco um modo de ser próprio que se quer manter estruturado e preservar. Este rechaço, quando explicitado, não revela arrogância mas antes indignação. Não menosprezam de outro lado, formas de autoridade. Invariavelmente recorrem à autoridade máxima, isto é, os prefeitos, nos municípios onde desejam permanecer, solicitando a concessão de um pedaço de terra. Chegam, inclusive, a atribuir ao governo (Cf. Folha da Tarde, PoA, 04.05.1980) a responsabilidade de lhes garantir as terras.

Devemos, assim, entender bem a questão: os Mbyá não rechaçam o poder da Funai em garantir-lhes terras; o que, antes de tudo, não aceitam, são ingerências da administração na organização de sua vida social, nas formas de utilização e aproveitamento da terra, mesmo que seja para "abandoná-las" meses a fio, enquanto visitam parentes; ou para produzir apenas o suficiente à sua subsistência.

12

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Não aceitam as já tradicionais sugestões da Funai para solucionar seu problema com a terra: não querem o traslado para áreas já demarcadas e não desejam concentrar-se numa única área. Pode parecer bastante lógico que "os índios soltos no Estado" devam ocupar terras reservadas pelo governo uma vez que há espaço e que são colonizáveis. Esta porém não é a lógica Mbyá. Nas áreas reservadas, como ficou dito, existem grupos Guarani que as ocupam, mas esta coexistência com outros Mbyá esbarra nas diferenças de "sistemas" (Teko), motivo suficientemente forte para que mantenham uma permanente circulação por várias localidades, aparentemente vivenciando um cotidiano de "sofrimento". Além disso, em todas as áreas da Funai do Rio Grande do Sul e de outros Estados, os Mbyá necessariamente deverão compartilhar o espaço com outra etnia, seja Kaingang, seja Xokleng ou Terena, o que também parece ser inaceitável. No regime da Funai há, segundo entendem os índios, interferências não desejáveis na organização da produção econômica, na religião (presença de missões), na educação, na saúde.

Querer aglutinar, de um outro lado, todos os grupos que circulam pelo RS numa só área, é ir de encontro à milenar tradição Guarani de se estabelecer em pequenos núcleos organizados sobre relações de parentesco. Comentamos acima os resultados dos "aldeamentos" Paĩ/Kaiowá, sua artificialidade e seus problemas.

É possível, indubitavelmente, afrontar a lógica dos Mbyá e impingir-lhes outra. Contra todas as aspirações e projetos desta sociedade, é o que tem se procurado fazer nos últimos quatro séculos. Com sucessos relativos e efeitos contundentes, todas as formas de relacionamento com os Guarani têm sido permeadas pelo raciocínio de sua "integração" à sociedade nacional. Há inúmeras situações, hoje em dia, onde são reveladas práticas voltadas no sentido de impedir um desenvolvimento natural e livre, seja cultural, seja biológico, dos Mbyá, constitucionalmente protegidos pelo Estado brasileiro. Os Mbyá sabem disso; reagem e resistem a seu modo.

11) Relato de Viagem: Osório, Camaquã. Tapas: -03 a 07.05.1985

Osório: Este Tataypy Rupa (Tekoha) é formado por dois núcleos de casas onde foi possível distinguir três diferentes grupos macrofa

AR

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

miliares ligados a Juancito. De Santo Antonio da Patrulha, subindo a serra, chegamos com veículo até dois quilômetros, aproximadamente, da primeira casa Mbyá, a de Benito Oliveira. O lugar é composto por três habitações reunidas em torno de sua casa propriamente dita. Viviam com ele seus descendentes diretos, os conjuges, netos e agregados.

Mais adiante uns 500 metros, está a casa de Juancito. Este, ao que tudo indica, exerce liderança política entre os Mbyá do RS; é a quem todos os chefes de família estão referidos também religiosamente. Como a casa de Benito, a de Juancito é mais bem construída que as outras. Ao redor de sua habitação há duas mais, ocupadas por parentes imediatos ou visitantes que chegam.

Próximo de Benito vive o Sr. Nestor, posseiro que nasceu, há 40 anos, naquele local. Nestor é respeitado e bem querido pelos índios com os quais mantém muito boas relações. É provável que o núcleo de Juancito e Benito esteja em terras de sua posse. Nestor não soube afirmar se a área reivindicada pelos índios ~~é~~ do Estado ou de particulares, mas contou sua versão sobre a confusa situação relativa à propriedade daquele lugar (12). Segundo disse, há interesses de não-índios sobre aquelas terras mas indicou que desconhece qual a situação legal e se há efetivamente proprietários documentados. Informou, contudo, sobre as inúmeras tramóias que se sucederam nos últimos 30 anos em função de terras da região. A história de Nestor foi em grande parte confirmada nas pesquisas em cartório e prefeituras. De onde estão os índios "até Osório e Barra do Ouro (onde se encontra o outro núcleo) há um miolo, um centro onde não há morador" (Nestor in TAR, K. Puitã, pp. 186) o que também confirmamos posteriormente.

Distante perto de 20 quilômetros deste primeiro núcleo, no outro limite da terra pleiteada, encontra-se um outro. Trata-se do lugar chamado de "10 Colonias", uma área de 10 lotes de 25 ha. cada, pertencentes à prefeitura de Osório para colonização. O mato toma 90% da área entre um e outro núcleo, que percorremos a pé em 4 ou 5 horas de marcha sobre um platô há 800/900 metros do nível do mar. As condições são boas e os Mbyá demonstraram intenção de permanecer ali. Juancito referiu-se mais de uma vez ao mato e às potencialidades nele encontradas: matéria prima para produção do artesanato; animais de caça como quati, tatu, veado, paca, pássaros. Referiu-se, principalmente, às possibilidades de cultivo de roças. Com efeito, observamos que nos dois núcleos havia roça de bom tamanho e bem cuidadas: feijão, milho, batata doce, abóbora, mandioca.

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

O contato com este grupo de Osório foi feito pela ANAI-RS em 1977. Encontravam-se sob uma das pontes do Rio Capivari e eram liderados por Aparício Benites que tempos depois mudou-se para o Tekoha de Ubatuba (SP). Transferiram-se desta ponte para um galpão que lhes foi oferecido pela Prefeitura de Osório e onde estiveram por pouco tempo. Daí foram para um lugar chamado Faxinal do Baguaí, também logo depois abandonado: o vice-prefeito de Osório reivindicava direitos sobre esta área. Transferiram-se então para as "10 Colonias". Lá chegaram em julho de 1978 e iniciaram preparação da terra para plantio. Juancito e Benites chegaram posteriormente e se instalaram no lugar acima indicado. Em maio de 1985 ocupavam cinco ou seis casas nas "10 Colonias", no alto da serra de onde se vislumbra, a 800 metros de altura, a lagoa dos Quadros ao longe e o rio Maguiné e a localidade de nome Gruta, abaixo, ao nível do mar, entre a cidade de Barra do Ouro e Maguiné.

Camaguã: Em 1978 indigenistas da ANAI-RS estabeleceram contato com aproximadamente 50 Mbyá instalados sob uma das pontes do Rio Guaiaba, em plena Porto Alegre. O grupo era liderado por Francisco Timóteo, que, a exemplo de Aparício, "oho oguatá" (foi caminhar) para São Paulo. Em 1979 o grupo vai para um lugar nas proximidades da cidade de Tapes, ocupando terras particulares pertencentes a um Sr. Rui. Não é incomum os Mbyá conseguirem concessões temporárias para se instalarem em terras particulares. Com o tempo a terra se tornou pequena e começaram a surgir dificuldades. Nesse momento há tranquilidade e fartura em Osório, mas o grupo, saindo de Tapes (1980), vai para Camaguã, também para terras cedidas por particulares. Em Camaguã há muito mato e os índios se sentiam bem ali. Ocorre, no entanto, que no lugar é anualmente assolado por enchentes, o que torna impossível viver ali o ano todo. Em maio de 1985 estivemos por alguns instantes em Camaguã. Havia apenas a casa de Carlos. Nos recebeu com muita reserva e nos atendeu a 30 metros de sua casa. O lugar é aprazível e retirado, não permitindo acesso a veículos. Havia roça de feijão e mandioca. Roça bem cuidada e de bom tamanho. Carlos vive ali com sua mulher e filhos solteiros. Parece estar aguardando a chegada de patrícios e cuidando do lugar, reservando-o, apesar de que é terra particular.

Tape: Em 03.05.1985 estivemos com um outro grupo Mbyá, liderado por Roque (irmão de Francisco Timóteo), nas proximidades de Tapes. Ocupava, desta feita, não o abrigo de ponte sobre algum rio, mas a estreita faixa de terra existente entre o asfalto da BR-116 (que liga Porto Ale-

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

gre a Camaquã) e a propriedade particular contígua ao leito da estrada. No quilometro 358 havia duas casas; uns 200 metros abaixo, bem próximo ao leito da estrada e do outro lado, havia uma terceira casa. O grupo era composto por aproximadamente 20 pessoas (esposa, filhos e netos de Roque) e ali produziam e vendiam artesanato. Os encontramos bem animados. Roque foi incisivo ao expor seu pensamento sobre a terra e sobre a relação com os brancos que transcrevemos acima.

12) Situação das Terras

Não foi possível descobrir a quem pertenceriam as terras do Tekoha de Osório, que se encontram na confluência dos Municípios de Osório, Rolante e Barra do Ouro. Procuramos saber se ali havia terras do Estado ou da União; visitamos cartórios, prefeituras e outros departamentos de terra em Osório Torres (Cemapa), Barra do Ouro, Rolante e Porto Alegre sem obter sucesso.

No cartório de imóveis de Rolante soubemos que uma Agro Industrial Barra do Ouro - Ouroville, pretendia implantar grandioso projeto imobiliário e turístico naquela área, mas nada chegou a ser feito. Em processo contra a Ouroville, conforme cópia naquele cartório, o governo do Estado embargou suas atividades judicialmente. A pesquisa confirmou afirmações de Nestor: o empreendimento era um engodo para justificar a apropriação daquelas terras. Há indícios de que faltaram recursos para levar adiante o pretencioso projeto; nem por isso a idéia de terem para si toda a área foi abandonada. Sabe-se, de um outro lado, que não haveria qualquer escúpulo por parte daquela empresa em derrubar obstáculos que por ventura se coloquem contra seus interesses. Bem próximo de onde está o núcleo de Juanquito, por exemplo, vive um preposto de nome Renato, homem truculento e violento que tem feito inúmeros intentos para impedir que os índios façam suas roças; estes, de seu lado, não irão se colocar frontalmente contra este senhor o que deverá provocar, caso se acirre o problema, o abandono daquele lugar pelos índios.

Entendemos que seria viável ganhar juridicamente aquela área (onde não se incluem as "10 Colonias") pois está inteiramente desocupada e não há registro de sua legalização. Isto, no entanto, exigiria o trabalho da procuradoria jurídica da Funai. O que elimina essa possibilidade

112

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

fora a dificuldade de se conseguir efetivo empenho daquela procuradoria, é que os Mbyá dificilmente enfrentarão as investidas dos juru'a interessados nas terras e que, certamente, não deixarão de utilizar métodos que afetarão diretamente os índios no local provocando novo "oguatá".

A área das "10 Colonias" (250 ha) apresenta possibilidades maiores de serem garantidas aos Mbyá que a aceitariam de bom grado. Pertence à Prefeitura de Osório e os 10 lotes, destinados à colonização, fazem parte de um conjunto maior não reivindicados por ninguém. Seria necessário entendimentos da Funai com a Prefeitura daquele município para oficializar a área como indígena. É recomendável que nestes trâmites não haja qualquer condicionamento aos índios e que os dois organismos se restrinjam à oficialização das terras. Com o encerramento das gestões e homologação das terras, também é recomendável o afastamento de Funai e Prefeitura do cotidiano do Tekoha de sorte a que os índios possam desenvolver sem ingerências externas sua vida social. Estas recomendações perdem seu sentido na medida em que, de parte dos índios, haja mudanças efetivas de posicionamento e passem a estabelecer formas diferenciadas das atuais na relação com estes organismos de governo.

Os casos de Camaguã e Tapes são bem diferentes. São localidades que marcam, entre outras, pontos referenciais do "oguatá" (campanhar) Mbyá do RS. Seu encaminhamento, conforme entendemos, deve ser no sentido de procurar resguardar uma área em cada uma destas localidades, seja em terras particulares ou não. Como sugerimos adiante, seria conveniente que se fizesse um levantamento detalhado sobre a circulação dos Mbyá no Estado de maneira que se tivesse um quadro completo da situação. Isto permitiria saber aonde e como se tornaria possível a constituição de reservas destinadas a estes Guarani.

Podemos identificar as situações das terras do Estado em particulares, de prefeituras, do Estado e da Federação; poderão ser doadas, compradas, desapropriadas ou áreas devolutas. Definidas, com os índios, as localidades a serem delimitadas, demarcadas e homologadas, caberia a sequência nos trâmites necessários para se chegar a uma definição final. Urge, contudo, que se definam estas áreas e que os Mbyá tenham locais onde possam estabilizar-se se este for o caso. Neste sentido, lembramos a existência de uma área não ocupada e conhecida por Faxinal dos Oliveira. Segundo informações da Prefeitura de Osório, trata-se de extensa área de matas que estariam destinadas a reserva florestal. Localiza-se

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

defronte às "10 Colônias" mas do outro lado do Rio Maçiné; também é um platô a 800/900 metros do nível do mar e de difícil acesso aos brancos que atende as exigências dos Mbyá. Seria importante que se fizesse uma investigação para saber da viabilidade de assentamento de grupos Mbyá ali.

12) A Título de Conclusão

A situação das terras Guarani-Mbyá no Rio Grande do Sul, como a conhecemos, está a exigir a tomada real de decisões e procedimentos voltados para a busca de soluções. Toda e qualquer alternativa a ser pensada, deve partir das formas de organização destas indígenas para sua vida social, econômica, política e religiosa. A primeira medida neste sentido deve ser a efetiva predisposição do órgão tutor em levar a cabo esse mister.

Na nossa maneira de entender o problema, o próximo passo a se realizar é o de um levantamento detalhado sobre a situação dos grupos a perscrutar de forma cuidadosa como desajam, este Mbyá, resolver o problema. Este relatório foi elaborado com vistas a subsidiar minimamente e apenas nessa medida — o trabalho de campo mais aprofundado para maior conhecimento dos projetos da sociedade Guarani-Mbyá relacionados à terra. O levantamento deverá tratar com precisão das áreas por onde circulam aqueles índios e quais os pontos mais apropriados de garantir-lhes terras. Entendemos que este âmbito de circulação poderá extrapolar os limites do Estado gaúcho e da jurisdição da unidade administrativa da Funai (33ª DR), o que exigirá, dentro do território brasileiro, uma atuação unificada de outras Delegacias Regionais. O trabalho deverá se realizar sem alardes e sem levantar expectativas, seja nos índios, seja de fazendeiros/empresas rurais sob pena de ser prejudicado. Cabe reiterar aqui a suscetibilidade dos Mbyá em relação aos brancos. Neste sentido nossa sugestão é de que a Funai envie esforços na formação de indigenistas que se dediquem com alguma atenção à especificidade Guarani-Mbyá (13).

A Funai deve com isso procurar formas de estabelecer uma relação apropriada e adequada à lógica e ao modo de ser Guarani, ao seu TEKÓ. Deve procurar entender esta sociedade indígena essencialmente diferenciada da nossa e encontrar maneira de facilitar sua relação, e não sua

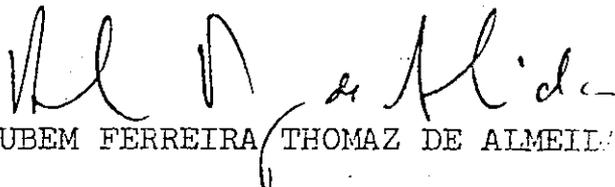
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

-terração", com a "civilização".

O resultado de um levantamento desta ordem possibilitará a constituição de um quadro geral da situação e, conseqüentemente, o conhecimento das prioridades e a definição de uma estratégia para enfrentar a questão. Ao lado disso, não se deve descartar fatores conjunturais e as relações com pessoas e entidades envolvidas.

Não há dúvida, reiteramos, que a condição determinante para se chegar a uma solução favorável, será a decisão efetiva e consciente por parte do governo brasileiro (Funai, Ministério do Interior, principalmente) de se esforçar para levar a bom termo o problema. Trata-se de uma decisão política. Cabe ao governo assumir, assim, suas responsabilidades frente aos índios, o que lhe compete constitucionalmente.

Em relação aos Guarani, entendemos que a prática indigenista oficial levada a efeito até aqui deve ser revista com muito cuidado. Até agora ela tem sido absolutamente nefasta para a grande maioria destes indígenas. Essa prática indigenista deve ter por base a etnia Guarani como um todo, e sua estratégia deve ser condizente com a especificidade desta sociedade. A afirmação, sem dúvida, se estende a cada etnia, a cada sociedade indígena no país.

  
RUBEM FERREIRA THOMAZ DE ALMEIDA

Rio de Janeiro, 21.12.1985

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

N O T A S

- (1) TEKO = Como outros vocábulos Guarani iniciados pela letra 'T', esta é oscilante. Quando precede um pronome o 'T' oscila em 'R' e em 'H', neste último caso quando for 3º pessoa do singular ou plural.
- (2) "...da chegada (1580) dos padres Jesuítas. Estes seriam os instrumentos de pacificação dos índios. A importância da vinda de padres e religiosos missionários foi compreendida pelo então governador do Paraguai Hernandarias Saavedra, que, 'renunciando aos meios militares, propôs o envio de missionários que reduziriam (organizariam reduções) os selvagens por meio da prédica religiosa'." (Gadelha: pp. 30).
- (3) "Índio encomendado era o índio entregue ao espanhol para fins de conversão e catequese. Originada na Espanha medieval e no 'repartimento' das populações mouras entre os conquistadores espanhóis, na colonização americana a 'encomienda' se desenvolveu como uma nova relação de proteção e dependência entre grupos de índios e um patrono, ou colonizador, que tinha obrigação de doutriná-los, em troca de utilização de seu trabalho. Na realidade a 'encomienda' constitui uma instituição capital no desenvolvimento da colonização americana, permitindo a utilização de mão-de-obra indígena em proveito do europeu e acobertando a escravidão indígena, pois deixava a salvo a liberdade jurídica do índio, resguardando a suprema soberania da Coroa espanhola sobre novos súditos". (Gadelha: pp. 80).
- (4) 1737: fundação da Colonia de Rio Grande de São Pedro.  
1760: Capitania de Rio Grande de São Pedro.  
1762 a 1777: A Capitania é ocupada por espanhóis.  
1801: Luso-brasileiros recuperam a região dos Sete Povos das Missões.  
1807: Capitania-Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul, não mais sobalterna ao Rio de Janeiro.
- (5) "Em suma, as comunidades Guarani estão condenadas a curto prazo: até hoje, porém, todas elas conservaram uma tradição religiosa original com o maior empenho, porque nela, e só nela, entraram ao mesmo tempo a razão e o meio de resistirem ao mundo dos brancos. Todos os etnólogos que, desde Nimuendajú, estudaram os Guarani são unânimes em ressaltar a importância conferida pelos índios à vida religiosa. Veja-se, por exemplo, o que diz a esse respeito Egon Schaden: 'Na superfície da terra não há, por certo, povo ou tribo a quem melhor se aplique do que ao Guarani a palavra evangélica: o meu reino não é deste mundo. Toda a vida mental do Guarani converge para o Além. São teólogos, portanto'." (Clastres:1978, pp. 10/11). Cabe a menção de que ao lado da religiosidade, pode-se dizer, as instituições políticas, o modo de produção, as estruturas de parentesco — com uma organização espacial que acompanha esta estrutura — e outros aspectos de sua organização, seguem tradições originais". Se não, perguntaríamos, qual seria a origem da conformação atual da sociedade Guarani? Haveria formas de estancar a religião de uma sociedade, mantendo-a "original", e transformar as outras instituições que perderiam a sua "originalidade"? Não há uma conexão intrínseca às diferentes instituições que devem — como sistema — ser entendidas como um todo?

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

N O T A S

- (6) Apontamos, dentre outros de menor peso, os conflitos conhecidos como: Guerra Cisplatina, entre Brasil e Uruguai na década 1820-30; a Guerra da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, de 1864 a 1870; Guerra dos Farrapos, luta civil no Rio Grande do Sul entre os anos 1835 a 1845.
- (7) Seria possível estabelecer uma continuidade dessas estruturas a partir de informações da arqueologia ou de cronistas e viajantes. Em outras palavras, a ruptura das formas originais Guarani não teria sido tão traumática com a chegada do europeu. Essa discussão no entanto fugiria nosso propósito aqui.
- (8) Teko Porã = o que está bem, o bom comportamento.  
Teko Joja = o comportamento da reciprocidade entre Guarani.  
Teko Marangatu = o comportamento religioso  
Etc.
- (9) A noção de Tekoha e território encontradas entre os Paĩ/Kaiowá mas não entre os Mbyá, pode ser explicado pelo processo diferenciado da expansão das fronteiras nas diferentes situações e regiões Guarani. Com a saída dos Jesuítas os índios do Tapes (RS) não tiveram possibilidade de manter seu território e seus Tekoha ali implantados. Não tiveram a mesma sorte de seus patrícios localizados nas reduções do Itatin (MS/Paraguai), que puderam estar mais tempo isolados em suas terras originais.
- (10) Falando a respeito das migrações Guarani rumo ao litoral no século passado, Metraux afirma: "...todos (os índios), até os que se viram obrigados a acampar ao pé das cidades ou missões, permaneceram fiéis ao ideal primitivo. Cada vez que se oferecia ocasião, os mencionados índios tentavam fugir e ganhar o litoral." (Metraux: 1979, pp. 176).
- (11) GUÁRA = "Patria. Põem o nome do rio de que bebem, ou do qual tomam a denominação. PARAGUAYGUARA, os que são do rio Paraguai. PARANAYGUARA, os do rio Paraná". (Montoya: 1876, pp. 129).
- (12) Para maiores informações sobre a localização técnica e documentação da área, ver relatório do engenheiro agrimensor Mancin-DPI, que fez parte do grupo de trabalho que visitou a área.
- (13) Na realidade este levantamento já está em grande parte realizado por Mauro Castro (ANAI-RS) e Francisco Witt (Funai), a quem recomendamos para a realização de um levantamento e um trabalho mais sistemático junto a estes Mbyá. Tanto Francisco como Mauro têm larga experiência com os Mbyá do Rio Grande do Sul e uma excelente relação com os índios, o que nos autoriza, mais que a qualquer outro, ao trabalho.

PC

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

BIBLIOGRAFIA

- Cadogan, L.- "Los Indios Jeguaká Tenondé (Mbyá) del Guairá, Paraguay in América Indígena, Vol.VIII, nº 2, 1948.
- Castro, M.- Relatório Encontro de Dourados, MS, Jan/Fev 1979, Mimeo.
- Clastres, H.- Terra Sem Mal, Brasiliense, São Paulo, 1978.
- Ebling, P.E.R.- "Levantamento de Dados Socio-Econômicos e Culturais em Dois Grupos Guarani que Habitam Fora de Áreas Indígenas sob Jurisdição da 13ª DR/Funai, P.Alegre, Xerox, 1981.
- Ladeira, M.I.- Aldeias Livres Guarani do Litoral de São Paulo e da Periferia da Capital in Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração, vários autores, Yankatu, CPI-SP, 1984.
- Meliá, B.- La Demografía del Tape: una evaluación in IV Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Sta. Rosa, RS, pp. 45/57, 1981.
- .- Los Paí-Tavyterã, Etnografía del Paraguay Contemporáneo, CEAUC Grunberg Asunción. 152/295, 1976.
- .- El 'modo de ser' Guarani en la Primera Documentación Jesuítica (1594-1639) in Revista de Antropología, Vol. 24, pp. 1/24, 1981.
- Moeder y Bolsi.- La Población de las Misiones Guarani entre 1702-1767, in Estudios Paraguayos, Vol. 2, nº 8, Asunción, 1974.
- Metraux, A.- A Religião dos Tupinambá, Brasiliense, 1979.
- Montoya, A.R.- Gramática y Diccionario de la Lengua Tupi o Guarani, Viena/Paris, 1876.
- Povos Indígenas no Brasil/1984.- Centro Ecumênico de Documentação e Informação-CEDI, 1984.
- Saint-Hilaire, A.- Viagem so Rio Grande do Sul, EDUSP, 1974.
- Schmitz, I.- Os Primitivos Habitantes do Rio Grande do Sul in Anais do Simpósio Nacional de Estudos Missionários, P.Alegre, 1978.

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

- .- O Guarani no Rio Grande do Sul: A Colonização do Mato e as Frentes de Expansão, in Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Sta. Rosa, pp. 55/73, 1979.
- .- Paradeiros Guarani em Osório, RS, in Pesquisa, nº 2, Separata, IAP, P. Alegre, 1958.
- Schaden, E.- A Religião Guarani e o Cristianismo in IV Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Sta. Rosa, pp. 13/37, 1981.
- .- Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani, EDUSP, SP. 3ª Ed. 1974.
- .- Notas in Nimuendajú, Apontamentos Sobre os Guarani, Revista do Museu Paulista, Vol. VIII, Separata, 1954.
- Susnik, B.- Los Aborígenes del Paraguay, II, Museu Etnográfico Andrés Barbero, Asunción, 1979/1980.
- Thomaz, de A. R.- Relatório da Área Indígena Paraguasu, Funai, 09.1985.
- .- Relatório da Área Indígena Pirakua, Funai, 07.1985.
- .- Relatório da Área Indígena Jaguapire, Funai, 10.1985.
- .- Caderno de Campo - Kuatiá Puitã
- .- Caderno de Campo - Kuatiá Mirí